

PROJETO SALAMANCA: AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO MUNICÍPIO DE QUARAÍ/RS – 1996/2011

Eva Carmem Ribas Pohl*

RESUMO

Este artigo apresenta os trabalhos realizados para a concretização do Projeto Arqueológico no Município de Quaraí/RS – Projeto Salamanca, desenvolvido pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA/UFSM), na área abrangida pelo município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul, na região de fronteira com o Uruguai. Os resultados da pesquisa, que abrange diversos aspectos do local, como vestígios de atividades domésticas, metais, ferramentas pré-históricas, entre outros componentes inerentes aos estudos arqueológicos, ainda são restritos ao meio acadêmico. Com o intuito de mudar essa realidade, os trabalhos realizados serão compilados e transformados em uma obra paradidática, que terá ampla divulgação, pretendendo atingir a um público maior e diversificado, com o incentivo da Prefeitura Municipal do Município de Quaraí.

Palavras-chave: patrimônio cultural, memória, Projeto Salamanca.

ABSTRACT

This text presents the work carried to the achievement of the Archaeological Project in the Municipality of Quaraí/RS - Projeto Salamanca, developed by the Laboratory for Archaeological Studies and Research of the Federal University of Santa Maria (LEPA / UFSM) in the town of Quaraí in the State of Rio Grande do Sul, in the region of the border with Uruguay. The results of the research that covers various aspects of the region, as traces of domestic activities, metals, prehistoric tools, among other components inherent to archaeological studies, but are still restricted to academia. Aiming to change this reality the work carried out will be compiled and converted into a work paradidactics that have wide dissemination in order to reach a larger audience and diverse, with the encouragement of the City Municipality Quaraí.

Key-words: cultural heritage, memory, Projeto Salamanca.

* Mestranda do Programa de Pós Graduação Profissional em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria(UFSM).

INTRODUÇÃO

O Projeto Arqueológico no Município de Quaraí/RS – Projeto Salamanca¹ foi implementado no ano de 1996 pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA/UFSM) e procura analisar a região quaraiense sob o viés arqueológico, através de dois prismas. No tocante à arqueologia pré-histórica, está voltado para a pesquisa dos sítios de caçadores-coletores, analisando em detalhes a cultura material resgatada nos sítios arqueológicos existentes na área, buscando entender a ocupação da região por esses grupos.

No contexto da arqueologia histórica, o Projeto Salamanca visa estudar os sítios arqueológicos do período histórico, especificamente as estâncias localizadas na fronteira Brasil/Uruguai, utilizando como principal fonte de pesquisa a cultura material resgatada – metais e louças, por exemplo - e as estruturas construtivas remanescentes.

Considerando-se que a Arqueologia possui “o objetivo primordial de entender e explicar uma sociedade através de elementos materiais, produto de suas atividades e das relações destes elementos entre si e com o seu meio ambiente” (ALBUQUERQUE, 1993)², a análise dos vestígios materiais resgatados buscou não apenas uma análise quantitativa e aspectos técnicos dos materiais arqueológicos, mas traçar um panorama do cotidiano dos moradores do local a partir do que foi encontrado.

Ao incorporar novas fontes como a cultura material, cria-se a possibilidade de aproximar o indivíduo comum dos bens culturais, tecendo as relações sociais a partir do dia a dia. No caso específico das estâncias, os vestígios materiais possibilitam novas versões, distintas das consagradas pela historiografia tradicional, assim como explorar aspectos como a desigualdade, a hierarquia, o cotidiano e o poder aquisitivo dos indivíduos a partir da materialidade. Através da cultura material é possível investigar esses aspectos de forma mais concreta do que a gerada pelas fontes documentais escritas.

Esses trabalhos, realizados por vários pesquisadores do LEPA desde 1996 até o ano de 2011, trouxeram à tona importantes informações sobre o modo de vida dos moradores da

1 Esse projeto encontra-se em andamento, devidamente registrado e autorizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Atualmente sob vigência da Portaria nº 4/Anexo II, de 26 de Janeiro de 2011 e Processo Administrativo nº 01512.000129/1996-35.

2 ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia histórica, arquitetura e restauração. CLIO – Série Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE. Recife, 1 (8): 131 – 151, 1993.

região pesquisada. De grande relevância para os estudos historiográficos, foram defendidos perante à comunidade acadêmica em forma de artigos, monografias e dissertações de mestrado. O conhecimento gerado, no entanto, ficou restrito a esse espaço, sem que a comunidade na qual se insere o referido projeto tenha recebido as informações. Para que se concretize a divulgação das pesquisas realizadas, os conhecimentos obtidos serão organizados em uma obra paradigmática, financiada pela Prefeitura Municipal do Município de Quaraí/RS, que receberá ampla divulgação.

O PROJETO SALAMANCA E A MEMÓRIA

As pesquisas realizadas pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA-UFSM) buscam resgatar detalhes que elucidem ao cotidiano dos moradores das estâncias de Quaraí, RS, fronteira com Artigas, no Uruguai, que pertencem à memória do município onde se localiza, especialmente a Estância Velha do Jarau³, sítio histórico de grande importância na região, testemunho de acontecimentos relevantes para a história do Rio Grande do Sul e do Brasil.

No campo das ciências sociais e das ciências humanas as análises sobre “memória” sempre se mostraram presentes, mas foi somente a partir da década de 1970 que se acentuou uma grande tendência historiográfica interessada em estudar grupos em seus espaços de mudanças socioculturais. Afinal, a “memória é um dos suportes essenciais para o encontrar-se dos sujeitos coletivos, isto é, para a definição dos laços de identidade”. (FÉLIX, 2004).

Na tentativa de, a partir do conceito de memória, forjar um diálogo entre os resultados das pesquisas científicas com as informações selecionadas para a produção de ensaios destinados à sociedade em geral, tornou-se fundamental o retorno às ideias de Maurice Halbwachs que, em 1925, elaborou uma espécie de “sociologia da memória coletiva”. (CARNALHAL, 2006).

Otimizada pelo processo de globalização, a memória atualmente é parte do que molda o homem que procura compreender seu tempo, seu passado, construindo um patrimônio cultural próprio de cada segmento social. Em um segundo momento, também aí se insere a

³ As terras onde foi construída a estância pertenceram a vários proprietários, porém quem estabelece o complexo estancieiro é Bento Manoel Ribeiro em 1828. Bento Manoel Ribeiro foi um militar brasileiro, importante personalidade de diversas campanhas militares da História do Brasil, como a Guerra da Cisplatina (Guerra del Brasil) e Guerra dos Farrapos.

luta empreendida pelos diversos movimentos sociais, no intuito de alargar o conceito de cidadania no interior da sociedade e nas relações de poder que permeiam a atividade humana.

Ambas as situações se preocupam com a questão da identidade, seja ela de minorias, seja do ponto de vista da nação (CARNALHAL, 2006). Daí o discurso de “memória” alcançar tamanho significado nos dias de hoje. A busca e o resguardo da memória, na atualidade, estão voltados para todos os grupos sociais e não apenas aqueles contemplados pela historiografia oficial, que privilegiava a elite, fazendo um recorte da sociedade, ignorando as classes que considerava coadjuvantes.

Conforme Nora (1993): “Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução”. A identidade, portanto, está em constante formação, uma vez que está atrelada à memória.

Para alguns teóricos, que definem a memória como fenômeno social coletivo, uma das principais características é a sua dupla natureza, pois além de ser um conjunto de lembranças e de imagens, pode ser também considerada um conjunto de representações associadas a valores e normas de comportamento, que irão compor um patrimônio cultural.

Ao dissertar sobre “memória e identidade”, Tedesco (2004) expõe que, através do acúmulo de lembranças é que a memória constrói valores e ideias que irão moldar a personalidade de uma pessoa, e que, neste segmento, a memória é o componente essencial para a identidade do indivíduo e sua integração social. É necessário lembrar ainda que a lembrança do indivíduo se forma com o contato com outros, no âmbito de relações formais ou informais, mediante comunicações linguísticas ou culturais diversificadas.

Conforme Tedesco (2004), cientistas sociais brasileiros, tais como Pesavento e Ianni, reconhecem que todas as sociedades ao longo do tempo construíram para si um elaborado sistema de representações e ideias coletivas e, através destas, construíram sua identidade. Tal sistema acaba por articular todo um complexo imaginário social, que inclui uma visão de si mesmas sobre o passado, a construção de personagens símbolos com a atribuição de valores a estes, características e hábitos delimitados por uma determinada região.

A memória tem o poder de reproduzir, traduzir o passado e transformar o presente; ela permite as falas e imagens, (re) faz perguntas, salvando algo que se passou. Ela incorpora a cultura na vida cotidiana, mediada pelo trabalho, natureza, vividos, percebidos e concebidos. Desta forma, ela nos permite perceber a subjetividade sobre os fatos, tempos e as simbologias.

A precariedade da divulgação dos resultados das pesquisas junto ao público não acadêmico pode se tornar um fator impeditivo do surgimento de processos de discussão dessas verdades, pela população diretamente abrangida na área na qual são realizados os estudos científicos. Quando o trabalho científico fica restrito a um pequeno grupo que o realiza e dele se apropria, os demais componentes da comunidade abrangida ficam excluídos desse processo, restringindo, assim, uma expansão desse conhecimento.

É através da divulgação de novas informações científicas, que poderão vir a afetar a memória construída e compartilhada até aquele momento⁴, que acabam surgindo novos bens simbólicos, que se originam as novas representações, adaptações e localizações, que algumas vezes acabam, inclusive, alterando significados originais da memória no espaço social. Em geral, esses resultados da pesquisa científica ao interagirem com o público não acadêmico poderão até produzir uma relação simbólica com o tempo, representadas pela memória familiar ou da coletividade.

Concordando com Halbwachs (2004), é possível verificar que as lembranças são reconstruídas pelos grupos sociais, tornando-se fenômenos sociais. Daí a importância do pesquisador, principalmente no campo da Arqueologia, estar atento e saber (re) conhecer os símbolos e as suas significações no tempo, seu intercâmbio, seu processo de disseminação e a forma de como é construída a dimensão social das memórias coletivas; assim como a importância da divulgação de seu trabalho de pesquisa numa abrangência que atinja além dos limites da academia.

A PESQUISA SOB DIVERSOS ASPECTOS

Os trabalhos realizados na Estância Velha do Jarau⁵, no Sítio do Areal e no Saladeiro São Carlos, no denominado Projeto Salamanca são abrangentes, sendo que cada um aborda

4 Recentemente a equipe do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA) fez importante descoberta arqueológica no município de Quaraí. Conforme Martins (2012) “Um artefato de 8 centímetros de comprimento e 3,5 centímetros de espessura, encontrado nas ruínas da Fazenda Santa Clara, em Quaraí, na Fronteira Oeste Gaúcha, pode mudar o entendimento histórico e arqueológico sobre a ocupação humana nas Américas”. É uma descoberta que remete ao período glacial (14.920 anos atrás) e suscita discussões a respeito de uma verdade já consagrada, a de que a ocupação da América iniciou pela América do Norte.

5 A Estância Velha do Jarau é um espaço de memória por definição. É o cenário, o pano de fundo da Lenda de Simões Lopes Neto (1998), localizada muito próxima ao Cerro do Jarau, lar do ente fantástico da lenda, a Teiniaguá e acaba adquirindo ares míticas, tanto pela lenda, quanto pelos feitos dos indivíduos históricos relacionados a ela, como o militar Bento Manoel Ribeiro. Representa um espaço temporal diretamente ligado à construção dos limites nacionais.

um aspecto distinto, possibilitando uma visão bastante esclarecedora sobre o local. A partir de suas leituras, tem-se a possibilidade de recriar uma história que vai sendo contada através de vestígios deixados pelos indivíduos que habitaram esse espaço no passado.

Em *Aspectos da Cultura Material e Espacialidade na Estância Velha do Jarau (1828-1905). Um Estudo de Caso em Arqueologia Histórica Rural* (GOMES, 2001) estuda o sítio arqueológico a partir de seu funcionamento, de como viviam seus habitantes através da disposição e finalidade das estruturas que formavam um complexo de edificações onde se desenvolviam atividades domésticas e de cunho econômico. Percebe-se, então, que a Estância funcionava como uma microssociedade complexa.

Esse estudo permitiu caracterizar o sítio arqueológico RS Q-17 e apresentar as alterações ocorridas no local através dos tempos, no decorrer de um processo histórico inacabado, pois ainda continua em desenvolvimento. Os vestígios encontrados, devidamente analisados, levaram a importantes conclusões. Esses vestígios juntos são como um quebra-cabeças, que formam um todo revelador.

Santi, no estudo desenvolvido em 2004, denominado *Estabelecimento de Estâncias: Estratégia Imposta Pela Coroa Luso-Brasileira na Fixação dos Limites da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul* centra seu trabalho na consolidação dos limites do Estado Nacional Brasileiro, na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul com o Uruguai na primeira metade do século XIX (1801-1850 – com ênfase na região de Quaraí), a partir da apropriação e posse das terras devolutas permitidas pela Coroa Portuguesa através do regime de doação de sesmarias, o que resultou na fixação de estâncias, realizando, assim, o interesse da Coroa Luso-Brasileira em fixar esses limites.

O período abordado, primeira metade do século XIX, foi um período fértil em disputas internas no Rio Grande do Sul, assim como em disputas externas como a Guerra Cisplatina e a Revolução Farroupilha. Em virtude desses fatos, as populações que aqui se instalaram adaptaram-se à realidade guerreira. Dessa forma, dentro deste espaço rural e fronteiriço definem-se e aprofundam-se algumas relações que sobrepõem ao controle do Estado. As tentativas de impor regras à prática de doações de terras parecem não ter sido respeitadas.

Com a chegada da família real e a declaração da Independência muitas mudanças ocorrem. O Estado, na figura de D. João VI, passa a se interessar pelas limitações das fronteiras do Brasil, providenciando e instalando reforços que se definem como postos

militares ou até mesmo simples estâncias. A fixação de pessoas a terra no universo rural torna-se necessária devido às tentativas de domínio espanhol pela fronteira.

O latifúndio era a forma de propriedade permitida pela Coroa Portuguesa, servindo à elite militar e sendo amplamente defendida por ela. Surgiram, então, as estâncias. Há autores como Aurélio Porto e Décio Freitas que mencionam a sua existência já no século XVII, no Rio Grande do Sul.

Esse estudo mostra as diversas fases por que passou a questão de terras, as formas de obtê-la, até a criação da Lei de Terras e Migração, Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que proibiu a posse, tolerando as existentes até a sua promulgação. Conforme essa lei, a partir de então a única forma legal de se adquirir terras no Brasil passou a ser a compra devidamente registrada. Com isso, a Coroa praticamente forçou uma definição de fronteira. A pesquisa de Santi mostra o papel imprescindível do estabelecimento das estâncias para a questão das fronteiras.

A Estância Velha do Jarau e o Contexto Fronteiriço: os Lugares e as Louças no Espaço Doméstico (TOLEDO, 2008), mostra o estudo realizado no sítio histórico localizado na fronteira com Artigas, no Uruguai, enfatizando o estudo das louças e seu uso no cotidiano dos moradores do local. No desenvolvimento do trabalho é possível conhecer detalhes sobre os moradores do local e o papel exercido por eles na defesa da fronteira. Entre Maneco Pedroso, o primeiro dono, e Bento Manoel Ribeiro, seu mais ilustre proprietário, há um espaço de tempo – entre 1816, quando o primeiro morreu, e 1828, quando o segundo ocupou as terras – do qual não há registro, sem que seja possível determinar quem foi o proprietário. Nos anos subsequentes a Estância teve outros donos, ocorrendo o seu abandono entre os anos de 1905 e 1907. Destruída por um incêndio, a sede foi reconstruída posteriormente por Olympio Giudice com o nome de Estância Nova do Jarau.

Estudar as louças, o espaço doméstico, é uma forma de entender um espaço amplamente estudado e divulgado até então a partir de seu caráter bélico, de local de lutas pelo estabelecimento das fronteiras, como um espaço em que havia convívio doméstico, com uma organização familiar. Na Estância Velha do Jarau foram encontradas louças inglesas com variadas decorações. Não foi possível reconstituir as peças, devido ao fato de que estavam muito fragmentadas, em pequenos pedaços. Apesar disso, as análises dos fragmentos revelaram alguns detalhes sobre os moradores do local, como a falta de luxo, percebida na não utilização de conjuntos completos para o chá ou o jantar e a questão da hierarquia social:

louças para o uso dos proprietários da estância, diferenciando-os dos peões, escravos e soldados (em época de guerra).

O contexto pré-histórico foi analisado no ano de 2008 e publicado com a denominação de *O Sítio do Areal e a Região do Rincão do Inferno: A Variabilidade Gestual e o Modelo Locacional para a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul* (LEMES, 2008). Nesse trabalho, o autor apresenta uma análise de uma coleção de materiais líticos lascados que foram recuperados em 1999, pelo LEPA, em Quaraí, região oeste do Rio Grande do Sul, a partir do estudo dos quais se projetaram hipóteses do primitivo povoamento da região, de como era essa sociedade e como eram usados os materiais encontrados. Esses materiais aparecem no estudo através de fotos em que os detalhes são analisados, bem como é explicado o provável uso de cada artefato, de forma a se perceber que as sociedades pré-históricas apresentavam organização e que usavam diversas ferramentas em seu cotidiano.

O estudo *O Cotidiano Através da Cultura Material: Os Metais da Estância Velha do Jarau* (THOMASI, 2009) aponta informações relevantes ao entendimento da importância da Estância Velha do Jarau e dos objetos aí encontrados, destacando que o ar lendário em que está envolvida faz da estância algo muito específico, o que se reflete na bibliografia existente sobre o local.

Seu estabelecimento aos pés do Cerro do Jarau foi estratégico, pois o cerro serviu de posto de observação avançado para a Estância. Sendo uma propriedade de fronteira e pertencente a grandes chefes militares, constitui-se em verdadeiro forte de defesa. A possibilidade de observar o trânsito de tropas inimigas de maneira segura através do cerro foi considerada por aqueles que se estabeleceram no lugar.

Na cultura material do sítio é possível encontrar muitos vestígios que ajudam a elucidar o cotidiano do local, os hábitos e costumes das pessoas que o habitaram, especialmente, no caso da pesquisa em questão, os metais. Entre os objetos (ou partes deles) encontrados estão: fragmento de arado, tesoura de tosquia, ferradura de mula, chave de alambrador (que fazem parte do cotidiano produtivo da Estância), botão com brasão uruguaio em alto-relevo (vestimenta), cartuchos de fuzil Lefauchaux (que remetem à questão de defesa), garfos, colheres (espaço doméstico) etc. Cada objeto encontrado carrega em si uma parte da história da Estância Velha do Jarau e de seus habitantes.

A Pesquisa Arqueológica em Quaraí/RS: Uma Contribuição à Identificação do Patrimônio Local (TOLEDO, 2010) é uma revisão das pesquisas arqueológicas realizadas em

Quaraí/RS, pertencentes ao Projeto Salamanca, com o objetivo de caracterizar o município de Quaraí como um território patrimonial, cujos estudos devem ser divulgados de forma sistemática à comunidade científica e regional, pois o município tem grande potencial arqueológico e histórico.

É uma síntese dos trabalhos realizados até a data, com reflexões sobre a identificação do patrimônio local através das pesquisas no sítio do Areal, Saladeiro São Carlos e Novo Quaraí e Estância Velha do Jarau. Conforme a autora, “esse trabalho pode ser considerado o passo inicial para que atividades de Educação Patrimonial na região sejam desenvolvidas de forma sistemática e permanente em escolas, museus e espaços de memória e cultura”.

A Educação Patrimonial é o caminho para que a população se inteire da potencialidade arqueológica e histórica do local onde vive e aprenda a compreender e preservar uma memória que é de todos.

Em *Confins Meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil* encontra-se uma inovadora análise da elite proprietária na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, centrada no estudo, não dos indivíduos, mas das principais famílias e suas estratégias de reprodução econômica e social, com destaque na partilha do poder e no controle militar sobre a fronteira. O estudo desfaz alguns estereótipos sobre a população pobre, os peões, vistos pela historiografia oficial como homens sem vínculos familiares ou com um local determinado. Mostra essa parte da população como inserida em núcleos de pequenos produtores, portanto, não poderiam ser errantes.

O trabalho mais recente do Projeto Salamanca, *Ar Livre e Carne em Abundância. Um Estudo Histórico-Cultural do Gaúcho e sua Alimentação no Século XIX* (NOBRE, (2011), buscou identificar, analisar e interpretar a arqueofauna existente no sítio arqueológico RS-Q-17 – Estância Velha do Jarau, de forma quantitativa e qualitativa, e conhecer o modo de consumo da carne bovina, concluindo que a dieta alimentar dos habitantes do sítio arqueológico em questão tinha como um de seus elementos a carne bovina, que era consumida de diversas formas, ou seja, preparada em diferentes tipos de pratos, fritos, cozidos ou assados. Salienta, também, que o churrasco, apesar do que afirma a tradição, não era uma alimentação diária e constante. Outros alimentos, como os vegetais, acompanhavam as carnes ou, às vezes, havia o consumo de alimentos em separado, como a canjica de vinho, entre outros. Havia também o consumo de carne de caça, como a perdiz e o tatu.

Antes da constituição das propriedades privadas, o gado era abundante nos campos e acessível a quem o desejasse, o que, provavelmente, fez com que a base da alimentação fosse a carne, ou, talvez, fosse a dieta única. Até o início do século XIX, qualquer um poderia laçar, carnear e comer apenas a parte que lhe interessasse, deixando o restante no campo. É importante salientar que, na época, o gaúcho era nômade, vivia mudando. Essa facilidade (gado em abundância) acabou quando foram distribuídas as sesmarias, as estâncias fundadas e cercadas. O gaúcho anteriormente sem parada, passou a ser peão de estância e o gado abatido, melhor aproveitado, sendo consumido de outras formas, em cozidos, guizados ou fritos. Essa nova realidade modificou os hábitos de consumo e alimentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto desses trabalhos revelam diferentes faces dos locais pesquisados, proporcionando que se tirem conclusões importantes para se recriar um período de vida de uma pequena comunidade (aquela que habitou os locais estudados), do qual só restaram vestígios, muitas vezes mínimos. O trabalho arqueológico, minuciosamente realizado, seguiu as normas propostas pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Artístico Nacional) e a legislação que zela pela preservação do patrimônio.

A arqueologia tem o compromisso de conservar o patrimônio material, cuidando desde a preservação até a divulgação dos resultados obtidos em pesquisas para a comunidade acadêmica e a comunidade em geral. Muitos materiais encontrados, especialmente os metais, estavam em adiantado estado de degradação, exigindo um esforço maior na elaboração de formas eficazes para a sua análise e preservação. As técnicas e métodos de preservação foram desenvolvidas por vários arqueólogos e, conforme Thomasi (2009) as técnicas são adaptadas a cada sítio e realidade que se apresenta ao pesquisador.

Um sítio arqueológico representa parte do passado, e o passado faz parte do presente, que se constitui da forma como é a partir das raízes plantadas. Portanto, os sítios arqueológicos são parte da história passada e presente das pessoas, formando a memória coletiva e, sendo assim, torna-se necessária a sua preservação e estudo. Os indivíduos se identificam como pertencentes a uma ou outra cultura, a um ou outro seguimento da sociedade; dessa forma, é objetivo primordial da arqueologia preservar o patrimônio

arqueológico, estudá-lo e apresentá-lo ao público, salvaguardando parte dessa identidade cultural.

Destarte, o patrimônio cultural, sendo considerado por determinado conjunto social como sua cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos, não abarca apenas os monumentos históricos, como foi por bastante tempo considerado, mas também o desenho urbanístico e outros bens físicos, e a experiência vivida condensada em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos (CANCLINI, 1990, p. 99).

O estudo da cultura material encontrada na fronteira Brasil/Uruguai contribui para a construção do conhecimento da história do Estado do Rio Grande do Sul, assim como para reconstruir com maior plausibilidade aspectos da vida cotidiana dos ocupantes da região Oeste, desde os primórdios do povoamento humano até etapas históricas mais atuais.

Além disso, a pesquisa arqueológica realizada na região registra e preserva informações que não têm garantia de permanência e que existem de forma inconsistente em registros escritos. A qualquer momento, novos vestígios podem trazer outras informações que irão acrescentar, afirmar ou desfazer conclusões já obtidas, conforme aconteceu recentemente com a descoberta de 180 artefatos nas ruínas da Fazenda Santa Clara, em Quaraí, pertencentes a um grupo de caçadores coletores. Essa descoberta trouxe novas informações e incógnitas a respeito da ocupação humana na América. Afinal, de acordo com Nora (1993) “A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Marcos. **Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração**. CLIO - Série Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE. Recife, 1 (8): 131-151, 1993.

CANCLINI, Néstor Garcia. **O patrimônio cultural e a construção imaginária nacional**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº. 23. Rio de Janeiro, 1990.

CARNALHAL, Juliana Pinto. **Maurice Halbwachs e a questão da memória**. In: Revista Espaço Acadêmico, Ano V, nº 56, Janeiro 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004, p. 75.

FARINATTI, Luis Augusto. **Confins Meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

- GOMES, Flamarion Freire da Fontoura. **Aspectos da Cultura Material e Espacialidade na Estância Velha do Jarau (1928-1905) Um Estudo de Caso em Arqueologia Histórica Rural**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUC/RS, 2001
- LEMES, Lúcio. **O Sítio do Areal e a Região do Rincão do Inferno: A Variabilidade Gestual e o Modelo Locacional para a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul**. Dissertação (mestrado em Arqueologia). São Paulo: MAE/USP, 2008.
- MARTINS, Marcelo. **Descobridores de um passado ainda mais antigo**. Diário de Santa Maria. Sábado, 30 de Junho e domingo, 1º de Julho de 2012. Geral.
- NOBRE, Chimene Kuhn. **Ar livre e carne em abundância. Um estudo Histórico-Cultural do gaúcho e sua alimentação no século XIX**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Santa Maria: UFSM, 2011.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história. A problemática dos lugares**. Projeto História 10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. PUC/SP. N.10. dez/93.
- SANTI, Juliana Rossato. **Estabelecimento de Estâncias: estratégia imposta pela Coroa Luso-Brasileira na fixação dos limites da fronteira oeste do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Integração Latino Americana), Santa Maria: UFSM, 2004.
- TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 93 e 94.
- THOMASI, Diele Ilha. **O Cotidiano Através da Cultura Material: Os Metais da Estância Velha do Jarau**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). UFSM, Santa Maria, 2009.
- TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **A Estância Velha do Jarau e o contexto fronteiriço: os lugares e as louças no espaço doméstico**. Monografia apresentada no Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2008.
- _____. **A Pesquisa Arqueológica em Quarai/RS: Uma Contribuição à Identificação do Patrimônio Local**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), UFSM, Santa Maria, 2010.